

## Entre Gerais e Federais: a Secretária de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro!<sup>1</sup>

Michel Cícero Magalhães de Melo<sup>2</sup>

Resumo: A presente comunicação se trata de uma pesquisa incipiente onde pretendo refletir sobre a Secretária de Estado de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Nesta abordagem pretendo analisar os ocupantes dos cargos de Secretário de Segurança Pública no Rio de Janeiro desde a eleição de Leonel Brizola em 1982 até o governo de Claudio Castro que vence a eleição em 2022. A questão da segurança pública ocupa o imaginário social e estatal no Brasil. Por onde você vá, pessoas ocupam seu tempo para falar que uma rua está mais perigosa, que estão ocorrendo muitos furtos em certo local, que as leis penais no país são brandas com criminosos ou que a polícia prende e a justiça solta. No caso do Rio de Janeiro, tido por muitos como o cartão postal do Brasil, os jornais, a televisão, grupos de pesquisa e muitos outros segmentos sociais se detêm sobre a importância e os acontecimentos da área de segurança pública. Partindo desta ideia, tenho como enfoque uma secretária específica do Estado do Rio de Janeiro: a SESEG – Secretária de Estado de Segurança Pública, que é responsável por planejar e gerir as políticas de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. Desde a eleição de 1982 até 2024, passaram-se 42 anos. Por quanto tempo a secretaria esteve ativa? Em que períodos ela foi extinta? Quais foram os seus secretários e que cargos públicos estes ocupavam antes da secretária? Há grupos hegemônicos? Que discursos foram proliferados pelos secretários quanto ao combate à criminalidade no Rio de Janeiro? Norteados por tais perguntas, pretendo revisitar o passado para pensar o presente. Entendo a SESEG como uma peça na construção e articulação das políticas de segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, sendo fundamental para compreendermos as dinâmicas que se operam no campo da segurança pública a partir da sua posição política e dos atores que ocuparam e ocupam o posto de Secretário de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, Segurança Pública, Secretários.

### 1. INTRODUÇÃO

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024)

<sup>2</sup> Doutorando em Antropologia no PPGA/UFF. Bolsista CAPES/PROEXT.

Ontem enquanto lia um trecho de um conto de Lima Barreto a televisão ao fundo ditava as notícias do dia: bandidos trocam tiros com policiais na linha vermelha, bandidos explodem caixa eletrônico, ex-marido dispara tiros contra a ex-mulher em shopping em mais um caso de feminicídio este ano. É inegável a grande circulação de informações que o desenvolvimento tecnológico proporcionou, assim como, a como uso do crime como forma de espetacularização e entretenimento para uma série de espectadores em potencial de uma indústria da segurança cada vez mais presente no cotidiano.

Voltando ao conto, por lá, havia um personagem que viu nos anúncios um emprego para ser professor de javanês, mesmo não sabendo nada do assunto, procurou uma biblioteca, decorou meia dúzia de informações e conseguiu o posto desejado. Na área da violência e segurança pública, sempre comentando essas reportagens policiais, os comentadores se assemelham muito ao professor de javanês, a maioria dos jornalistas com pouco conhecimento teórico do assunto ou os especialistas selecionados para falar aquilo que os patrocinadores ditam (BOURDIEU, 1997, p.65) estão sempre prontos para dar receitas de como se melhorar a segurança em tal região ou conter o número de delitos que vem aumentando. A pauta sempre gira em torno do mesmo eixo: mais prisões, mais leis penais e mais polícia.

Nos dias atuais a temática da segurança pública preenche o imaginário social, desde os debates cotidianos de como uma rua está muito violenta ou que agora tem muitos roubos e marginais soltos pelas cidades ou como nossas leis são brandas em punir aqueles que cometem delitos, como nos noticiários, principalmente, nos programas policiaiscos que se multiplicam em nível exponencial nos diversos canais televisivos, e que, produzem principalmente a lógica do inimigo interno, um bode expiatório (GIRARD, 2008, p. 102) necessário para se instalar câmeras, aumentar a vigilância, comprar mais armas, liberar o uso de armas pelo “cidadão de bem”, endurecer penas e fazer crescer exponencialmente o lucro da indústria da segurança.

Com essas mudanças, a política criminal deixa de ser assunto de especialistas e passa a ser assunto eleitoral, ou mesmo do senso comum, desvalorizando-se a opinião dos especialistas e manipulação da opinião pública em prol do endurecimento penal (GARLAND, 2014, p. 57).

Neste cenário a insegurança e o crime invade o cotidiano, os meios de comunicação e a opinião pública cujas representações permitem fundir sentimentos a imagem de uma ameaça tanto interna como externa (WIEVIORKA, 1997, p. 6), produzindo inimigos tanto externos como internos, criando um processo rumo a uma sociedade do controle (GARLAND, 2014, p. 61). A ideia de demonização do outro aparece como uma expressão desta violência e uma forma de resolução dos conflitos sociais, onde perpassa uma incapacidade da era atual, em colocar no lugar e fazer sistema de atores sociais operar de uma forma não bélica, onde cada vez mais somos preenchidos por imagens e pelos temores da violência e da insegurança, demonização a imagem do outro, enxergando um terrorista em cada muçulmano (WIEVIORKA, 1997, p. 10), ou no caso brasileiro, um “criminoso” em cada negro.

Como entender então esse individualismo contemporâneo que por um lado o indivíduo quer participar da modernidade, tendo como foco principalmente a rede de consumo disponível, no que lhe é prometido, oferecido e mostrado através dos meios de comunicação e das solicitações desse consumo de massa?

Este indivíduo tem a intenção de consumir, continuar consumindo se já fez e começar a fazer se ele ainda não pôde, associando a figura do sucesso a sua capacidade de consumo (WIEVIORKA, 1997, p. 19), alimentando por toda uma complexa rede de aplicativos, imagens e vídeos que são consumidos diariamente nas redes sociais. E por outro lado, o indivíduo quer ser reconhecido como sujeito, construir sua própria existência e não ser dependente de papéis e normas estáticas que moldem o seu comportamento no seio social. Há um jogo intenso onde os sujeitos são produzidos e reproduzidos através do dinheiro, da mercadoria, do consumo e da violência, o desafio para além de pensar tais categorias é como encaixar a realidade latino-americana, e especialmente a brasileira, nesses processos para tentar explicar nossas mazelas e a complexa rede de relações sociais que compreende o fenômeno criminológico no Brasil.

## 2. OPERAÇÕES POLICIAIS, EXPANSÃO SECURITÁRIA E O COTIDIANO FLUMINENSE

Podemos dizer que o modelo de segurança pública é a continuação da caça ao negro fugitivo ou ao capoeira pós-abolição? De certo, o medo da classe média e da elite brasileiras diante das almas e corpos negros perfaz esse caminho que, de um lado, apaga o racismo cotidiano e, de outro lado, apaga o racismo estrutural (ALMEIDA, 2018). As

instituições, sendo elas produto de um estado fundado na dominação e subjugação de corpos, opera em uma lógica de ocultação dos enunciados, ou seja, a polícia combate o crime, o criminoso, a dominação faccional, as drogas etc., enunciando um combate a um ser abstrato, não palpável. Assim, permite uma carta branca aos que operam em tal lacuna, dando-lhes a liberdade de interpretação sobre quem é criminoso, o que é crime e a quem perseguir.

Pensar o passado da segurança pública, é revisitar o presente olhando as cicatrizes que foram serem curadas com falsos curativos. Ou não seria a “cidade integrada” a outra face da unidade de polícia pacificadora - UPP? Adalton (2018) revela um dispositivo na ordem pública como um mecanismo que, mantém a violência como barreira aos direitos e o crime como critério para inclusão/exclusão na cidadania. Mas é possível falar em cidadania para uma parcela da população que foi coisificada desde os navios negreiros?

Então vivemos uma sensação de crise perpetua no campo da segurança pública, que se alastra na atualidade principalmente calcada na ideia do fracasso das estratégias empregadas nos seus mais variados formatos, dando espaço a propostas radicais e belicistas como o armamento populacional, a privatização de presídios e a contratação de seguranças privados (GARLAND, 2014, p. 68). Se em um primeiro momento deslocou-se a justificação da pena do aspecto vingativo para a defesa da sociedade que teria como foco a reabilitação do indivíduo (FOUCAULT, 2017, p. 89), essa crise permite a introdução de novas demandas e a transformação do eixo da justificação da pena, deslocando-se do tratamento do indivíduo para o controle dos indivíduos.

Nos dias de hoje, por exemplo, a explosão das milícias no Rio de Janeiro que vem se intensificando e o avanço das seguranças em modelo de parceria público-privado – PPP (Tijuca Presente, Centro Presente, Lapa Presente etc) diluí o exercício do monopólio estatal na seara da segurança pública, corroborando com a mudança de tom na política criminal, onde o medo do crime e a sensação de insegurança passam a ser mais importante que o crime em si, produzindo-se uma sensação de que vivemos em um mundo cada vez mais perigoso por conta da construção desse imaginário de insegurança social e que as estatísticas dizem ao contrário (GARLAND, 2014, p. 54).

Politicamente, estas medidas se aproximam de outras ao redor do mundo como: “Política de Tolerância Zero” ou “Being tough on crime” e são medidas populistas

adotadas apenas para mitigar a insatisfação social com a segurança e restaurar a credibilidade do governo já que a política de segurança pública e sua aparente efetividade correspondem a uma boa parcela de votos para futuras eleições (GARLAND, 2014, p. 58). A política de “Tolerância Zero”, por exemplo, não trás diminuição nos índices de criminalidade, mas apenas releva uma empreitada contra a sensação de insegurança e os pobres, ao promover uma “varredura” dos mendigos, sem-teto, prostitutas e pequenos delinquentes das ruas (WACQUANT, 2002).

A polícia, nesse sentido, começa a ganhar o papel de redutor do medo, da desordem e da incivilidade da população selecionada. Retrato disso são as gratificações por apreensões de drogas, de armas e por prisões de indivíduos numa perspectiva altamente gerencial sobre o trabalho policial, que passa a trabalhar com indicadores de performance e a gestão dos custos X benefícios, encarcerando a população indesejável em cifras cada vez maiores (GARLAND, 2014, p. 66). Com isso, vê-se o aumento vertiginoso do número de encarcerados em diversas regiões do mundo, sendo como exemplo os Estados Unidos que decuplicou sua população penal entre os anos 1970 e 2000 e o Brasil onde seguimos a passos largos para repetir o mesmo feito, saindo de cerca de 90 mil indivíduos privados de sua liberdade em 1990 para 720 mil indivíduos em 2016, tornando-se a terceira maior população carcerária do mundo (INFOPEN, 2017, p.7).

### 3. A SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA COMO PONTO DE PARTIDA

Tal incursão foi pensada como forma reflexiva a partir do texto de Laura Nader (2020): “Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima”, onde a autora indaga os leitores o quanto de processo reflexivo nos perdemos ao olhar os processos de criminalização de baixo para cima e não ao inverso. Partindo dessa lógica, nada melhor que partir do principal posto de comando da segurança pública fluminense para entender as idas e vindas da segurança pública do Estado do Rio de Janeiro, os fluxos judiciais, criminais e prisionais que advém da formulação de políticas públicas de segurança que são operacionalizadas por outros atores no cotidiano.

A primeira edição do Diário Oficial do estado de 2019, trouxe a seguinte mensagem:

"Fica extinta a Secretaria de estado de Segurança Pública, que será sucedida para todos os fins de direito pela Secretaria Executiva do Conselho de Segurança Pública, responsável pela transição gradual das funções da secretaria extinta para a Secretaria de Estado da Polícia Civil e para a Secretaria de Estado da Polícia Militar"<sup>3</sup>

Na campanha eleitoral de 2018, Wilson Witzel, que foi eleito governador do Estado do Rio de Janeiro naquele ano, prometeu que extinguiria a secretária de segurança pública. Como primeiro ato de governo, no primeiro diário oficial, cumpriu a promessa. A secretária foi dividida em Secretária Estadual de Polícia Civil e Secretária de Estado de Polícia Militar. Para Witzel, o fim da secretária, tinha como intenção: "O fim da Secretaria de Segurança é uma medida necessária. Nós vamos otimizar as ações, aproximar as polícias, inclusive com a Polícia Federal, para investigar a fundo e chegar aos "barões da droga", aos executivos do crime, desarticulando essas quadrilhas"<sup>4</sup>.

Tal ato foi comparado com o executado pelo ex-governador Leonel Brizola, quando assumiu o seu mandato. Naqueles anos de Brizola, fim do período ditatorial, a extinção da secretaria se dava para retirar dos militantes o poder sobre importante segmento do governo. Extinta em 1983 pelo Brizola, a secretária só foi recriada por Moreira Franco em 1995, tendo derrotado o candidato Anthony Garotinho que posteriormente também viria a se tornar governador anos depois. Com a sua recriação, de 1995 até 2019 (ano que se extinguiu a secretaria novamente), tivemos 13 secretários. Após quatro anos sem a Secretária de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, o então Governador Claudio Castro resolveu recriar a pasta, novamente invocando os termos usado pelo ex-governador Witzel de integração: "Como uma das primeiras ações da pasta, determinei ao novo secretário, Victor César dos Santos, a criação de um plano de segurança que integre ainda mais as nossas forças. Também vamos investir em uma corregedoria unificada para trazer ainda mais rigor às investigações"<sup>5</sup>.

---

<sup>3</sup> <https://extra.globo.com/noticias/rio/witzel-antecipa-extincao-da-secretaria-de-seguranca-publica-para-segunda-feira-23365314.html>. Acesso em 14 de janeiro de 2024.

<sup>4</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/12/12/witzel-diz-que-extincao-da-secretaria-de-seguranca-vai-aproximar-policias-e-acabar-com-baroes-da-droga.ghtml>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

<sup>5</sup> <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/claudio-castro-decide-recriar-secretaria-de-seguranca-publica-e-policial-federal-deve-comandar-pasta-dizem-fontes/>. Acesso em 15 de janeiro de 2024.

A recriação da pasta não foi acompanhada pela extinção das Secretária Estadual de Polícia Civil e Secretária de Estado de Polícia Militar, criando-se um verdadeiro paradoxo de comando. Por um lado, criou-se novamente a estrutura (de forma mais limitada que anteriormente havia), porém não lhe deu novamente as atribuições que lhe foram retiradas pelo ex-governador Wilson Witzel em 2019.

Sendo assim, podemos considerar que desde a redemocratização a Secretária de Segurança Pública ficou operante de 1995 até 2019, e posteriormente, foi reativada em 2024. Totaliza-se 25 anos de atuação da secretaria ao longo dos últimos 41 anos. Mas qual o perfil dos ocupantes deste cargo importante no jogo político do Rio de Janeiro?

O primeiro nomeado na recriação da secretária em 1995 foi Euclimar Lima da Silva, um general da reserva. Seu mandato durou pouco e foi sucedido por outro general da reserva, o General Nilton Cerqueira. O General Nilton perdurou na secretária de 1995 até 1998. Vale destacar que a retomada de militares da Secretária de Segurança Pública com a vitória do campo político constituído pelo Moreira Franco perpassa pela ideia de construção do Rio de Janeiro como "cidade internacional" (Santos, 1993). Destaca-se que na década de 90 ocorre uma escalada de ocorrências de sequestros no Estado do Rio de Janeiro. Entre 1990 e 1995 foram oficialmente registradas 479 ocorrências de extorsão mediante sequestro. O problema continuou se agravando no Governo Marcelo Alencar entre 1994-1998, além de, o número de policiais militares mortos em serviço crescer constantemente.

Já neste período, a venda de proteção por agentes de segurança pública estampava o jornal, como o da denúncia do Jornal do Brasil, em 19 de abril de 1996:

“Responsáveis pela segurança pública em vários bairros da Zona' Sul, os policiais do 2º Batalhão da PM (Botafogo) e da 9a Delegacia Policial (Catete) travam uma inusitada batalha comercial: a disputa para vender serviços de segurança particular aos moradores da Rua Belizário Távora”<sup>6</sup>

O General Nilton, diante destas crises, foi destituído do cargo, assumindo o Coronel reformado do Exército Noaldo Alves Silva que afirmou as seguintes frases em reportagem a folha<sup>7</sup>: "bandido que enfrentar a polícia tem que ser morto", "bandido com

---

<sup>6</sup> chrome-extension://efaidnbmnnnibpcajpcgiclfndmkaj/https://memoria.bn.br/pdf/030015/per030015\_1996\_00011.pdf. Acesso em 10 de Janeiro de 2024.

<sup>7</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/cotidian/ff08059814.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

AR-15 na mão é um que precisa sair do convívio da sociedade. Ele não pode nem ser preso", como também: "Se ele tá no confronto, pode ser morto. Por isso tem esse nível de 25 mortos". Se a enunciação do ex-governador Wilson Witzel de que "O correto é matar o bandido que está de fuzil. A polícia vai fazer o correto: vai mirar na cabecinha e... fogo! Para não ter erro"<sup>8</sup> parece algo novo, na realidade, é a retomada de um discurso que por tempos permeou a Secretária de Segurança Pública do Rio de Janeiro.

O ano de 1998 era eleitoral, havia sido aprovado no congresso o instituto da reeleição. O então governador Marcelo Alencar, não disputou o pleito. A disputa ficou entre Anthony Garotinho e Cesar Maia, ambos tendo tido sua formação política com Leonel Brizola. Vencedor do pleito, Anthony Garotinho, não mudou radicalmente a ideia de “combate ao crime e aos bandidos” na Secretaria de Segurança Pública. O governador eleito afirmou: "Ele é linha-dura mesmo. Contra bandido tem que ser linha-dura", justificando a sua nomeação do General José Siqueira Silva, que havia sido ex-aluno do ex-secretário General Nilton Cerqueira<sup>9</sup>. Se percebe uma continuidade na ideia de “combate ao crime” e a manutenção de uma linha. Outro dado interessante é que na década de 80, com a redemocratização, os militares haviam perdido o protagonismo na área de segurança pública no Rio de Janeiro. E durante a década de 90, com a recriação da Secretária de Segurança Pública, estes retomam o prestígio e ocupam o principal posto de comando na Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

A estadia do General José Siqueira Silva na Secretária de Segurança é pequena, sendo substituído pelo Coronel da PMERJ Josias Quintal, que trabalhou no DOI-CODI durante o regime militar<sup>10</sup>. O então secretário ficou em seu posto até 2002, quando o então governador Anthony Garotinho sai do governo para disputar a presidência pelo PSB. A sua vice, Benedita da Silva, ao assumir o Governo do Estado do Rio de Janeiro, nomeia Roberto Aguiar como seu Secretário de Segurança. O secretário junto com Luis Eduardo Soares, Antônio Carlos Biscaia e Benedito Domingos Mariano havia lançado no ano de 2002 o livro “Projeto: segurança pública para o Brasil”. Ressalto, que Roberto Aguiar, até então, tinha sido o único não militar a ocupar a Secretária de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro.

---

<sup>8</sup> <https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2018/11/01/a-policia-vai-mirar-na-cabecinha-e-fogo-afirma-wilson-witzel.htm>. Acesso em 10 de Janeiro de 2024.

<sup>9</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc28109823.htm>. Acesso em 10 de janeiro de 2024.

<sup>10</sup> <https://www1.folha.uol.com.br/fol/geral/ult02052000378.htm>. Acesso em 12 de janeiro de 2024.

Anthony Garotinho não foi eleito presidente, porém com o seu capital político lançou a sua esposa Rosinha Garotinho para o Governo do Estado do Rio de Janeiro em 2002, no qual, ela saiu vencedora. Ao assumir o governo em 2003, Rosinha nomeia o Coronel Josias Quintal como seu Secretário de Segurança. Só que dessa vez, Josias não tem uma estadia muito longa na secretaria, sendo substituído pelo próprio Anthony Garotinho três meses após a sua nomeação. Interessante é esse momento político para a secretaria, pois após uma retomada do prestígio dos militares, estes saem de cena para dar lugar a um novo grupo que se estabelecerá na Secretária de Segurança Pública até os dias atuais, salvo no período de intervenção federal no Rio de Janeiro no ano de 2018. Nesta guinada, é a vez dos Delegados da Polícia Federal assumirem o comando da segurança pública no Rio de Janeiro.

Após a saída de Anthony Garotinho, no final de 2004, o Delegado Marcelo Itagiba assume o posto, sendo posteriormente substituído pelo Delegado Roberto Precioso Junior, até que, assume a Secretária de Segurança Pública o mais longevo secretário desde a redemocratização do país, o Delegado José Beltrame. Ele ficou de 2007 até 2016 no comando da Secretária de Segurança Pública, quase uma década de atuação do secretário. O que fez Beltrame ter tanto capital político para a sua manutenção neste cargo de alta rotatividade ao longo das décadas?

Com a sua saída, assume outro Delegado da Polícia Federal, Antônio Roberto Cesário de Sá, que é substituído pela intervenção federal no Rio de Janeiro pelo General Richard Fernandez Nunes. Onde retomamos ao Witzel, que extingue a secretária, até que, o seu sucessor Claudio Castro em 2023 recria a pasta e nomeia o Delegado Federal Victor Cesar Carvalho dos Santos, mantendo o domínio dos últimos 20 anos dos Delegados de Polícia Federal no comando da Secretária de Segurança Pública. Ocorre que, como falei anteriormente, a criação não devolveu a secretária suas antigas atribuições, mantendo outras duas secretárias criadas por Witzel, a de Polícia Militar e a de Polícia Civil. Ou seja, até que ponto este domínio da polícia federal na cadeia de comando das polícias do Rio de Janeiro foi mantido? Porém, no início de 2024, a Secretária retoma o poder de exonerar o Secretário de Polícia Civil e o Secretário de Polícia Militar<sup>11</sup>.

---

<sup>11</sup> <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2024/03/12/decreto-secretario-de-seguranca-poder-para-exonerar-e-indicar-secretarios-das-policias-civil-e-militar.ghtml>. Acesso em 7 de jul de 2024.

Nessa incursão breve sob o comando e as idas e vindas da Secretária de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, uso ela como ponto de partida na compreensão da enunciação das linhas a serem seguidas tanto pela Polícia Militar, como também, pela Polícia Civil, e que, reverberam na atuação das forças policiais nas ruas do Rio de Janeiro, desembocando no fluxo de prisões, execuções e operações policiais realizadas na cidade. Devemos pensar também até que ponto essas instituições estão em disputa constante por influência, orçamento, benefícios e alargamento das suas funções.

Observa-se que nessa breve análise, podemos extrair o seguinte: 1) a extinção da secretária com a vitória de Leonel Brizola; 2) a retomada do protagonismo dos militares no principal posto de comando da segurança pública do Rio de Janeiro; 3) a troca dos militares por delegados da polícia federal no comando da segurança pública; 4) o mais longo Secretário de Segurança Pública José Beltrame; 5) a tentativa via intervenção federal da retomada do poder dos Generais e 6) A extinção da secretária pelo Governador Wilson Witzel e 7) A recriação da secretária pelo Governado Claudio Castro.

Tais pontos nos dão um norte para pensar como esse emaranhado de tramas que se desenrola nas opções políticas de conformação das políticas públicas ou ausência delas aplicadas no Estado do Rio de Janeiro em segurança pública.

#### 4. CONCLUSÃO

Neste trabalho, fiz uma breve incursão sobre apontamentos teóricos e a Secretária de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro. Primeiro, discuti como a segurança pública preenche o imaginário social das pessoas, sendo discutido tanto nos congressos com especialista, como também, nas ruas, praças e padarias.

Posteriormente, tentei trazer a ideia de expansão securitária e de como com o passar dos anos sob o pretexto de “levar segurança” os aparatos policiais (tanto públicos, como privados) tem se expandido em nome de uma pretensa “paz social”, que na realidade é um pretexto de aumento dos aparatos bélicos para a repressão dos despossuídos. Depois, busquei os deslocamentos ocorridos nas últimas décadas que reverberaram em contexto de recrudescimento penal, sendo, principalmente o uso das vítimas como forma de proliferação de novas leis, no qual, seus nomes são usados para a criação de novos tipos penais.

Por fim, defini como ponto de partida para entender o problema no contexto fluminense a Secretária de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro, seus secretários e os grupos que comandavam a secretária. Fiz uma breve descrição sobre os secretários que ocuparam a secretária desde a redemocratização, a sua extinção e recriação em determinados momentos e a troca de comando de militares para policiais federais.

E isto, não me interessa as interpretações dadas pelas políticas e as práticas advindas dos operadores cotidianos na aplicação destas políticas, e sim, de como uma enunciação de “bandido bom é bandido morto”, “tem que atirar na cabecinha” ou “se estava em confronto merece ser morto” realizada por um Secretário de Segurança Pública ou pelo próprio Governador, seguindo uma linha mais branda ou dura na área de segurança, opera nos indicadores de operações, execuções, prisões e fortalecimento dos aparatos bélicos fluminenses.

## 5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Silvio Luiz de. O que é racismo estrutural? Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

BARRETO, Lima. O homem que sabia javanês. In: MORICONI, Italo (Org.). Os cem melhores contos brasileiros do século. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

BATISTA, Vera Malaguti. O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história. 2 ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BRASIL. Levantamento nacional de informações penitenciárias – INFOPEN. Atualização – Junho de 2016. Organização: Thandara Santos [et al.]. Brasília. Ministério da Justiça e Segurança Pública. Departamento Penitenciário Nacional. 2017.

BOURDIEU, Pierre. Sobre a televisão. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1997.

CHALHOUB, Sidney. Medo branco de almas negras: escravos, libertos e republicanos na cidade do Rio. In: Revista Brasileira de História. São Paulo, v.8, nº 16, mar/ago, 1988.

ELIAS, N. O processo civilizador: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar. Ed., 1994, v I.

FANON, Franz. (1968). Os Condenados da Terra. Rio de Janeiro, RJ: Editora Civilização Brasileira.

FOUCAULT, Michel. Vigiar e punir: nascimento da prisão. Tradução de Raquel Ramallete. 42. ed. Petrópolis: Vozes, 2017 [1975].

FOUCAULT, Michel. A governamentalidade. \_\_\_\_\_. Microfísica do poder. 9a ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GARLAND, David. A cultura do controle: crime e ordem social na sociedade contemporânea. Rio de Janeiro. Editora Revan, 2014 [2008].

GIRARD. René. A violência e o sagrado. São Paulo: Paz e Terra, 2008.

LIMA, William Silva. 1991. Quatrocentos contra um: uma história do Comando Vermelho. Rio de Janeiro: ISER.

LIMA, Roberto Kant de. Formato: Livro. Idioma: Português. Publicado em: Forense, 1995. Edição: 2. ed. rev.

MARQUES, Adalton. Humanizar e expandir: Uma genealogia da segurança pública em São Paulo. São Paulo: IBCCrim, 2018.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. 3. ed. São Paulo: n-1 edições, 2018. 80 p.

NADER, L. Para cima, Antropólogos: perspectivas ganhas em estudar os de cima. Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia, n. 49, 11 ago. 2020.

SANTOS, Milton. (1993) A aceleração contemporânea: tempo-mundo e espaço-mundo. O mapa do mundo. Fim de século e globalização. São Paulo, Hucitec/Anpur.

SILVA, Jorge da. (1996) Militarização da Segurança Pública e Reforma da Polícia: um depoimento. Ensaios jurídicos: o direito em revista. Rio de Janeiro, Instituto Brasileiro de Atualização Jurídica (IBAJ).p. 497-519.

WACQUANT, Loic. As prisões da miséria. Tradução André Telles. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Editor, 2001.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. Tempo Social; Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

